



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA,
TECNOLOGIA E TURISMO

PARECER FAVORÁVEL Nº 890/2021

REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 5361/2021

RELATOR: OCTAVIO SAMPAIO

Ementa: Indica ao executivo municipal a necessidade de regulamentação da Lei Municipal 7.847/2019 que dispõe sobre o Programa de Fomento Familiar que autoriza a permissão de uso do espaço público por meio de assentamento de bancas nos espaços públicos no âmbito do Município de Petrópolis.

Em consonância com os dispositivos elencados no art. 52, §1º, inciso I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis. Segue o parecer:

I - RELATÓRIO:

Trata-se de indicação legislativa de autoria do vereador Júnior Paixão que indica ao Executivo Municipal a necessidade de regulamentação da lei municipal 7.847/2019 dispondo sobre o programa de fomento familiar que autoriza a permissão de uso do espaço público por meio de assentamento de bancas nos espaços públicos no âmbito do município de Petrópolis.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Turismo, conforme disposto pelo *Art. 35, inciso III*, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, vejamos:

***Art. 35.** Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:*

***III - Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Turismo:** (NR Resolução 001/2021)*

***a)** proposições e matérias atinentes à atividade industrial, comercial e ao setor econômico terciário;*

***b)** proposições e matérias ligadas ao cooperativismo e a outras formas de associativismo na atividade econômica;*

***c)** fiscalização e incentivo pelo Município às atividades econômicas;*

***d)** exame e emissão de parecer sobre proposições e matérias relativas ao controle da poluição ambiental em todos os seus aspectos e preservação dos recursos naturais;*

e) política de incentivo à agricultura e de desenvolvimento tecnológico da agropecuária;

f) proposições e matérias atinentes à atividade agrícola;

g) opinar sobre todas as proposições que digam respeito a ciência e tecnologia, em especial:

1 - pesquisa, divulgação e educação em ciência e tecnologia;

2 - desenvolvimento científico e tecnológico;

3 - políticas públicas que comportem o incentivo, apoio, fiscalização, investimentos, destinação de recursos e licenciamentos referentes a ciência e tecnologia;

4 - estabelecimento e observação de princípios éticos e requisitos de segurança, acesso às informações pela sociedade e avaliação, prevenção e recuperação dos impactos decorrentes da pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia;

5 - receber sugestões relativas a ciência e tecnologia, e encaminhá-las aos órgãos competentes ou oferecer proposições legislativas que atendam as demandas em debate;

6 - estabelecer parcerias, convênios e intercâmbios com instituições de ciência e tecnologia, públicas e particulares;

7 - organizar e participar de seminários, encontros e debates e promover atividades de natureza científica e tecnológica;

h) incentivar e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico e aplicação de seus resultados pela sociedade, bem como os profissionais e entidades que atuam em ciência e tecnologia;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação e atuação dos órgãos do Poder Público Municipal quanto às políticas e ações em ciência e tecnologia;

j) promover e participar de conferências e eventos sobre todas as matérias de sua competência;

k) estudar, debater, pesquisar, emitir pareceres e adotar as medidas cabíveis na sua esfera de atribuição.

l) proposições e matérias relacionadas com o turismo em geral;

II - VOTO:

A Lei Municipal 7.847/2019 veio regular o decreto municipal 331/2010 que criou o Programa Venda Direta do Produtor e também o Projeto Caminhão do Produtor. É urgente a regulamentação da Lei para garantir aos agricultores familiares que ocupam os espaços públicos dos transbordos de ônibus, da Praça 14 Bis entre outros, possam exercer tranquilamente a importante função social e econômica que representa a venda direta do produtor ao consumidor e que já exercem há mais de dez anos, sendo no caso do projeto pioneiro do caminhão do produtor, há mais de vinte e cinco anos. Visto isso, sinalizo como oportuna tal propositura.

III - PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Turismo (Vogal), manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação da referida INDICAÇÃO LEGISLATIVA em plenário.

Sala das Comissões em 10 de Agosto de 2021



GIL MAGNO
Vice - Presidente



OCTAVIO SAMPAIO
Vogal